PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
PREGÃO ELETRÔNICO 216/2026 – SRP

(Processo Administrativo 11.460/2026)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Id Cidades: 2026.018E0500001.01.0054

O **MUNICÍPIO DE CASTELO**, inscrito no CNPJ sob nº 27.165.638/0001-39, sediado à Av. Nossa Senhora da Penha n° 103, Centro, Castelo/ES, por meio do Departamento de Compras e Licitações, através de seu Pregoeiro, designado pela Decreto nº 21.017 de 01 de outubro de 2025, devidamente autorizado pelo Senhor Prefeito, João Paulo Silva Nali, em conformidade com o disposto na Lei Federal 14.133 de 1º de Abril de 2021, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal 15.941 de 20 de dezembro de 2017, Decreto Municipal 19.987 de 15 de março de 2024, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Municipal e Decreto Municipal 20.094 de 17 de maio de 2024 que regulamenta e disciplina a atuação do Agente de Contratação, Equipe de Apoio, Comissão de Contratação, Gestores e Fiscais de Contratos no âmbito da Administração Municipal e as exigências estabelecidas neste Edital e respectivas alterações e demais legislação correlata, torna pública a realização de procedimento de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, no modo de disputa **ABERTO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE,** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** obedecendo ao seguinte calendário:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO
Dia: 09 de dezembro de 2026
Horário: 13:00 (Horário de Brasília/DF)
Endereço Eletrônico: https://www.licitanet.com.br/

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
1.2. Os anexos farão parte do mesmo independente de suas transcrições de seus termos no edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.
2.2. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Licitações Eletrônicas – LICITANET.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a

licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor ou desconto..... (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e ..... (anual, total) do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1.O licitante **[NÃO]** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os

percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance ***de valor inferior ou percentual de desconto superior*** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser ***de 0,001 (um centavo)*.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **6.13.2.** poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato

contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata , especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN

SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a

manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos Arts. 66 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

DOCUMENTOS EXIGIDOS

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Para HABILITAÇÃO JURÍDICA deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77/2020;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

b) Regularidade Fiscal e Trabalhista

Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativos a tributos federais, à Dívida Ativa da União e Previdenciários;
Prova de Regularidade (certidão) perante a Fazenda Estadual da sede do licitante;
Prova de Regularidade (certidão) perante a Fazenda Municipal da sede do licitante;
Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440/2011.
Os documentos referidos no item anterior poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que o registro tenha sido feito em

obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

c) Qualificação Econômico-Financeira
Certidão Negativa de Falência, Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e, quando se tratar de Sociedade Simples, apresentar Certidão Negativa dos Distribuidores Cíveis, com data não superior a 60 (sessenta) dias de sua emissão, quando não for expresso sua validade.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

d) Qualificação Técnica
Para comprovação de sua capacidade técnica, a licitante e/ou consórcio interessado deverá cumprir as condições do edital e as estabelecidas no projeto básico e anexos, que fazem parte integrante deste edital, para todos os efeitos.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documento autenticado pelo Pregoeiro.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horários exclusivos, a ser agendado pelo telefone 28 3542 6300 – Ramal 420, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, e poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, mediante justificativa da necessidade de manutenção do registro e comprovação de que o preço continua vantajoso, apurada por nova pesquisa de mercado juntada ao processo.

9.8.1. A prorrogação da vigência não renova nem amplia os quantitativos inicialmente registrados; somente o saldo ainda não contratado poderá ser utilizado no período prorrogado.

9.8.2. Não será admitido acréscimo aos quantitativos registrados na ata, ressalvadas as hipóteses legais aplicáveis aos contratos dela decorrentes.

10. DA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1.quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal 19.987 de 15 de março de 2024.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **www.castelo.es.gov.br**

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
12.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
12.1.5. fraudar a licitação
12.1.6.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
12.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
12.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2.Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
12.2.1. advertência;
12.2.2. multa;
12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05(cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
12.4.2. Para as infrações previstas nos itens12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.18.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão

recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: Sistema de Licitações LICITANET e e-mail: **licitacao@castelo.es.gov.br**
13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
14.1.Da Revisão:
14.1.1. A revisão contratual poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
14.1.2. Para fins de revisão, a parte interessada deverá comprovar a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
14.1.3. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos do item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.
14.1.4. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.
14.1.5. Não será concedida a revisão quando:
a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do contrato;
c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;
e) Alteração do regime jurídico-tributário do Contratado, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.
14.1.6. A revisão deverá ser promovida por meio de termo de aditamento contratual, precedida de análise pela Procuradoria Geral do Município.
14.1.7. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, implicarão a revisão de preço para mais ou para menos, adotando-se como índice de correção a alíquota prevista na lei respectiva.
14.1.8. A revisão a que o Contratado fizer jus deverá ser expressamente requerida pelo Contratado antes do fim da vigência contratual ou da prorrogação do prazo de vigência contratual, sob pena de preclusão.
14.2. Do reajuste:
14.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.
14.2.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
14.2.2.1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.2.2.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.2.3. O reajuste será efetuado por meio de apostilamento, nos termos do art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021, sem necessidade de aditivo contratual específico para esse fim. E, salvo em casos de relevante indagação jurídica, fica dispensada a prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Município (PGM) sobre apostilamentos que tenham por objeto reajustes contratualmente previstos, podendo ser formalizados no âmbito do próprio órgão contratante.

14.2.4. Compete à contratada a iniciativa e o encargo de cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo Contratante, juntando-se a respectiva discriminação dos produtos e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

14.2.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.2.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.2.7. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, implicarão a revisão de preço para mais ou para menos, adotando-se como índice de correção a alíquota prevista na lei respectiva.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante, de acordo com o quantitativo efetivamente executado, através de depósito bancário em conta-corrente fornecida pela contratada, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante.

15.2. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será sustado, até que sejam tomadas as medidas saneadoras necessárias.

15.3. Os pagamentos podem ser realizados com recursos próprios e/ou com recursos de convênios.

15.4. O pagamento será efetivado no prazo de até 30 (trinta) dias após a Nota Fiscal ser conferida, aceita e atestada pelo Fiscal do contrato e ter sido verificada a regularidade da contratada, mediante e Certidão Negativa (Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT, para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais e federais.

15.5. Deverá constar no texto da Nota Fiscal, o número do procedimento da licitação, o objeto, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à aquisição e as informações referentes à origem dos recursos que financiam esta contratação (disponíveis na Nota de Empenho), para fins de compor o processo de prestação de contas.

15.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.7. Constatada a situação de irregularidade da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, para, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

15.8. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério do Contratante.

15.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

15.10. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução ou do termo equivalente, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.11. Havendo a efetiva execução do objeto desta licitação, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento da Nota de Empenho e/ou à rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação.

15.12. Somente por motivo de economicidade, emergência ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade competente deste órgão contratante, não será cancelada a Nota de Empenho ou rescindido o contrato em execução com a Contratada.

15.13. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no Pregão, deverá ser comunicada a Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

15.14. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei n.º 14,133/2021.

15.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da Contratada.
15.16. O CNPJ ou CPF constante do respectivo processo e o CNPJ ou CPF da conta bancária deverão ser coincidentes.
15.17. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, e esta por sua vez, depois do recebimento definitivo do objeto, estando vedada qualquer antecipação de pagamento sem o cumprimento das condições estabelecidas neste Edital.
15.18. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

16. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS
16.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e as condições estabelecidas neste Edital.
16.2. Na hipótese de participação em consórcio, será exigido acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido do licitante individual para fins de comprovação da habilitação econômico-financeira, conforme definido neste Edital, nos termos do § 1º do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
16.3. O acréscimo previsto no item anterior não será aplicado aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, conforme dispõe o § 2º do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
16.4. Os consórcios deverão observar todas as demais exigências previstas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à indicação da empresa líder, à responsabilidade solidária das consorciadas perante a Administração e às demais condições legais aplicáveis.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.
17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
17.10. O interessado tem o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da convocação para este propósito, a fim de formalizar o contrato.
17.10.1. O prazo de que dispõe o interessado para assinar o termo de contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que assim pleiteado durante o transcurso do prazo original e haja exposição de motivo justo, aceito pela Administração por meio do gestor da contratação;
17.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **WWW.CASTELO.ES.GOV.BR**
17.11.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Castelo/ES, 18 de novembro de 2026

CLEIDIANO ALOCHIO COAIOTO:05855389723

Assinado digitalmente por CLEIDIANO ALOCHIO COAIOTO:05855389723
Data: 2026.11.18 15:57:18 -0300

CLEIDIANO ALOCHIO CO AIOTO
Pregoeiro Oficial

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto da presente contratação consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de seguro veicular para a frota da Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo veículos automotores de diversas categorias, utilizados no atendimento das demandas administrativas e operacionais da Administração Pública, especialmente na área da saúde.

1.2. A quantidade estimada foi definida com base no número de veículos que compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, observando-se a demanda prevista para atendimento das necessidades da Administração, de acordo com a tabela a seguir.

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
LOTE 01 -- VEÍCULOS DE PASSEIO LEVES						
01	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo onix 1.0 joy– placa ppv 0972– chassi: 9bgkl4u0jb125753– ano/mod: 2017/2018 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	1.396,60	1.396,60
02	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo onix 1.0 joy– placa qrg 1e89– chassi: 9bgkl48u0kb183740 ano/mod: 2018/2019 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	1.683,00	1.683,00
03	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo onix 1.0 joy– placa qrg 1e84– chassi: 9bgkl48u0k8184105ano/mod: 2018/2019 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	1.683,00	1.683,00
04	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e	unid	01	1.683,00	1.683,00

		passageiros – veículo onix 1.0 joy– placa qrg 1e80– chassi: 9bgkl48u0kb181331 ano/mod: 2018/2019 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses				
05	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo kwid zen 1.0– placa qrl 6f51– chassi: 93yrbboo4lj226621 ano/mod: 2019/2020 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	1.023,75	1.023,75
06	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículokwid – placa rba 8j111– chassi: 93yrbb007mj444179 ano/mod: 2020/2021 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	386,80	386,80
07	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – onix 1.0 tmt – placa sfy 3h00 – chassi: 9bgeb48h0rg115284 ano/mod: 2023/2024 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3.722,92	3.722,92
08	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –onix 1.0 tmt – placa sfy 3h03 – chassi: 9bgeb48h0rg115273 ano/mod: 2023/2024 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$	unid	01	3.722,92	3.722,92

		20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses.				
09	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –onix 1.0 tmt – placa sfy 3h07 – chassi: 9bgeb48h0rg115185 ano/mod: 2023/2024 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3722,92	3722,92
10	00004919	SEGURO CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros - VEÍCULO ONIX 10MT HB - CHEVROLET - ANO 2025/2025 - BRANCO - PLACA TOG4A00 - CHASSI 9BGEA48A0SG250922, com capacidade para05 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00(duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses.	unid	01	2638,70	2638,70
11	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros Veículo de passeio Chevrolet, ONIX TURBO 2026 cor branca, 0 km, ano/modelo vigente, capacidade para 5 ocupantes, motor flex entre 1.0 e 1.3 com potência mínima de 110 cv, câmbio manual, direção hidráulica/elétrica, ar-condicionado, quatro portas, porta-malas de aproximadamente 300 litros e equipado com trio elétrico, alarme e demais itens de segurança e conforto de fábrica. Valor do bem R$ 105.700,00. devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00(duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses. VEÍCULOS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	unid	04	711,73	2.846,92
12	00004919	**CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL** – Seguro total com assistência 24 horas do	unid	01	416,37	416,37

		veículo e passageiros – Veículo Fiat Pálio Attractive 1.4 – Ano 2014/2015 – Branco – Placa PPA 0929 – Chassi 9BD196272F2229347, com capacidade para 05 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses.				
VALOR TOTAL DO LOTE						24926,9
LOTE 2 - VEÍCULOS DE PASSEIO UTILITÁRIOS (CHEVROLET SPIN)						
13	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –chev/spin premier – placa brj 3j24 – chassi: 9bgjp7520nb183195 ano/mod: 2022/2022, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses.	unid	01	3143,55	3143,55
14	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –chev/spin premier – placa rbi 0f88 – chassi: 9bgjp7520nb197705 ano/mod: 2022/2022 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3143,56	3143,56
15	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –chev/spin premier – placarbi 0e95 – chassi: 9bgjp7520nb182818 ano/mod: 2022/2022 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	3143,56	3143,56
16	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total	unid	01	3386,02	3386,02

		seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –spin – placa qxb 3b67– chassi: 9ggjp7520lb167475 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses				
17	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –spin – placa qxd 1d60– chassi: 9bgjp752olb166153 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3386,02	3386,02
18	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL Seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –fiat ducato – placa odr 6839 – chassi: 93w245l34e2128986 ano/mod: 2013/2014 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	UN	01	2704,73	2704,73
19	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL Seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros Veículo Chevrolet SPIN LTZ 2026 para 7 passageiros, cor branca, 0 km, ano/modelo vigente, motor flex entre 1.6 e 1.8, câmbio manual, tração dianteira, direção hidráulica, ar-condicionado, vidros e travas elétricas, porta-malas de aproximadamente 580 litros e equipado com itens de segurança e conforto originais de fábrica. Valor do bem R$ 149.900,00, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. VEÍCULOS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR ATA DE REGISTRO DE	Uni	05	902,43	4.512,15

		PREÇOS				
VALOR TOTAL DO LOTE						23419,59
LOTE 03 – TRANSPORTE COLETIVO DE PACIENTES						
20	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –micro sprinter – placamsu 8645 – chassi: 8ac903672ae034914 ano/mod:2010/2010 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	4607,16	4607,16
21	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –micrô ônibus volare– placa ppa 0930 – chassi: 93pb43m10kc60228 ano/mod: 2018/2019 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	10.457,14	10.457,14
22	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros micrô ford transit 410 b – placa rbj 6f41 – chassi: wf0gttbe5nu001156 ano/mod: 2020/2021 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	7876,45	7876,45
23	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros micro ônibus sprinter 517 – placa sfv 0c03 – chassi: 8ac907857pe229526 ano/mod: 2022/2023 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	10.920,71	10.920,71

24	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageirosmicro sprinter mb – placaqrm 2d36 – chassi: 8ac9066557ke174738 ano/mod: 2018/2019 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3373,92	3373,92
25	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –fiat ducato – placa odr 6839 – chassi: 93w245l34e2128986 ano/mod: 2013/2014 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	2500	2500
26	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas de veículo tipo Van 21 lugares, modelo SPRINTER 517 TETO ALTO (20 +1L) 0 km, ano/modelo vigente, cor branca, motor diesel de no mínimo 140 cv, câmbio manual, ar-condicionado duplo, direção hidráulica/elétrica, equipada com ABS nas quatro rodas, airbags, câmera e sensor de ré, destinada ao transporte de passageiros (20 + motorista). Valor do bem: **R$ 417.000,00 por unidade**. devendo apresentar indenização mínima de r$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. VEÍCULOS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS		05	2563,11	12.815,55
VALOR TOTAL DO LOTE						52964,83
LOTE 04 – AMBULÂNCIAS						
27	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –ambulância mb– placa oyh 9076 – chassi: bac90633ke1519025 ano/mod: 2018/2019 devendo apresentar	unid	01	2846,67	2846,67

		indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses				
28	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –ambulância saveiro vw– placaqrm 2e37 – chassi: 9bwkb4sulpc33948 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	2206,21	2206,21
29	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância s 10 gm– placa qrm 7i06 – chassi: 9bg144dkolc432628 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	3.499,67	3.499,67
30	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 416 – placafzl 9a82 – chassi: 8ac907643ne223598 ano/mod: 2022/2023 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3.351,52	3.351,52
31	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 416 – placa cjh 4i41 – chassi: 8ac907643ne223491 ano/mod: 2022/2023 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	3.351,52	3.351,52

32	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 416 – placa sgd 0g45 – chassi: 8ac907643se247719 ano/mod: 2024/2025 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3.411,67	3.411,67
33	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 416 – placa sgd 0g42 – chassi: 8ac907643se249803 ano/mod: 2024/2025 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	3.411,67	3.411,67
34	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 417 niks – placa sfx 3c03 – chassi: 8ac90764pe229455 ano/mod: 2022/2023 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	5.083,73	5.083,73
35	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros Ambulância Ford TRANSIT Tipo B – Suporte Básico – 0 km, ano/modelo vigente, motor diesel 4 cilindros turbo (mínimo 115 cv), transmissão manual, capacidade de carga de 1.400 kg, teto alto, equipada com sirene, giroflex, GPS e adaptação completa para atendimento pré-hospitalar. Valor do bem: **R$ 329.900,00 por unidade**. Devendo apresentar indenização mínima de r$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. VEÍCULOS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR ATA DE REGISTRO DE	unid	05	3588,05	17.940,25

		PREÇOS				
TOTAL						46152,91
LOTE 05 – CAMINHONETES UTILITÁRIAS						
36	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros l 200 mitsubishi – placa qrg 5d97 – chassi: 93xljkl1tkcj17610 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3.486,20	3.486,20
37	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros l 200 mitsubishi – placa rbf 6i04 – chassi: 93xijkl1tmcl36350 ano/mod: 2020/2021 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3.486,20	3.486,20
38	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –caminhonete s 10 chev ls– placa qre 4j78 – chassi: 9bg148dk0kc439124 ano/mod: 2018/2019 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	1.649,00	1.649,00
						8621,4
LOTE 6 - MOTOCICLETAS						
39	00004919	Contratação de seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo Motocicleta Honda CG 160 Start– placa tui2g38 – chassi: 9c2kc2500sr316195 ano/mod: 2025/2025, devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou	unid	01	361,68	361,68

		morte. vigência: 12 meses. SERVIÇO				
40	00004919	Contratação de seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo Motocicleta Honda CG 160 Start– placa ttx2e81 – chassi: 9c2kc2500sr315866 ano/mod: 2025/2025, devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. SERVIÇO	unid	01	361,68	361,68
TOTAL						155.345,10

1.3. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

1.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, e poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, mediante justificativa da necessidade de manutenção do registro e comprovação de que o preço continua vantajoso, apurada por nova pesquisa de mercado juntada ao processo.

1.3.1. A prorrogação da vigência não renova nem amplia os quantitativos inicialmente registrados; somente o saldo ainda não contratado poderá ser utilizado no período prorrogado.

1.3.2. Não será admitido acréscimo aos quantitativos registrados na ata, ressalvadas as hipóteses legais aplicáveis aos contratos dela decorrentes.

1.3.3. Se a pesquisa demonstrar que o preço registrado deixou de ser vantajoso, a Administração não prorrogará a ata e iniciará novo procedimento.

1.3.4. Os contratos decorrentes desta Ata terão vigência inicial de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados, desde que atendidos os requisitos legais e demonstrado o interesse público.

1.3.5. Considerando a natureza contínua e essencial do objeto, fica admitida a prorrogação dos contratos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite máximo de 5 (cinco) anos, desde que observados, cumulativamente: I – a comprovação da vantajosidade para a Administração; II – a manutenção das condições de habilitação e qualificação do contratado; III – a existência de previsão no edital e no contrato; IV – a disponibilidade orçamentária; V – a justificativa técnica que evidencie a necessidade de continuidade do fornecimento.

1.3.6. A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, precedida de manifestação técnica e jurídica, com avaliação do desempenho contratual, da compatibilidade dos preços com o mercado e da adequação ao interesse público.

1.3.7. O enquadramento legal para fins de prorrogação fundamenta-se na caracterização do fornecimento como atividade contínua essencial, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro automotivo para a frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de garantir cobertura contra riscos decorrentes da utilização dos veículos, assegurando a continuidade dos serviços públicos e a proteção do patrimônio público.

O seguro deverá contemplar cobertura compreensiva, abrangendo, no mínimo, danos causados por colisão, incêndio, roubo, furto, danos da natureza, responsabilidade civil facultativa de veículos (RCF-V), acidentes pessoais de passageiros (APP), bem como assistência 24 horas, serviços de guincho, socorro mecânico e demais coberturas necessárias às características e à finalidade de cada veículo integrante da frota.

A contratação será destinada a atender veículos de diferentes categorias, tais como automóveis de passeio, utilitários, ambulâncias e veículos destinados ao transporte coletivo de pacientes, observando as particularidades operacionais de cada grupo. A cobertura securitária proporcionará maior segurança aos usuários, servidores e terceiros eventualmente envolvidos em sinistros, além de reduzir os impactos financeiros decorrentes de eventos imprevisíveis.

A solução adotada no mercado segurador é amplamente utilizada pela Administração Pública, não demandando aquisição de equipamentos, adequações estruturais ou disponibilização de mão de obra pela contratante, cabendo à seguradora contratada a execução integral dos serviços previstos na apólice.

Dessa forma, a contratação do seguro veicular apresenta-se como medida adequada e necessária para assegurar a preservação da frota municipal, minimizar prejuízos financeiros, garantir a continuidade das atividades assistenciais e proporcionar maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos para a contratação de seguro veicular para a frota da secretaria de saúde devem incluir critérios que assegurem a eficiência, abrangência e transparência no processo, atendendo ao interesse público. Entre os principais requisitos, destacam-se:

a) Cobertura Completa: O seguro deve oferecer cobertura ampla para acidentes, furtos, roubos, incêndios, danos materiais e pessoais a terceiros, e situações de perda total, garantindo proteção em diversos cenários.

b) Assistência 24 horas: A seguradora deve fornecer assistência veicular 24 horas, incluindo serviços de guincho, troca de pneus, e apoio em caso de pane, para garantir a continuidade dos serviços da secretaria de saúde, especialmente em emergências.

c) Atendimento Nacional: A cobertura deve ser válida em todo o território nacional, considerando que veículos podem ser utilizados em diferentes localidades, especialmente em áreas rurais ou remotas, onde a prestação de serviços de saúde é essencial.

d) Rapidez na Reposição ou Reparos: O seguro deve incluir cláusulas que garantam agilidade na reposição de veículos ou nos reparos, para que a frota não seja comprometida por longos períodos.

e) Custo-benefício: A proposta selecionada deve oferecer o melhor custo-benefício, considerando o equilíbrio entre preço, cobertura e qualidade do serviço prestado, com foco na proteção dos recursos públicos e no atendimento das necessidades da frota de saúde.

4.2. Para atendimento a contratação pretendida, se faz necessário que a empresa contratada apresente todos os documentos exigidos para habilitação, conforme disposto nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

4.3 Qualificação Jurídica;

a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.4 Qualificação Fiscal, Social e Trabalhista;

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.
4.5. Será admitida a participação de empresas em consórcio, conforme previsto no art. 15, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que atendidas as condições do edital, incluindo a apresentação de compromisso de constituição do consórcio, indicação da empresa líder e comprovação das qualificações exigidas.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá mediante a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular, com cobertura dos veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde, agrupados em lotes, conforme definido neste Termo de Referência.
Após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço, a Contratada deverá providenciar a emissão das respectivas apólices dos veículos integrantes do lote adjudicado, assegurando o início da cobertura securitária na data estabelecida pela Administração, de forma a garantir a continuidade da proteção do patrimônio público.

Durante toda a vigência contratual, a Contratada deverá manter ativas as coberturas contratadas e disponibilizar os serviços previstos nas apólices, incluindo assistência 24 (vinte e quatro) horas, atendimento aos sinistros, regulação dos processos, indenizações e demais serviços correlatos, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta vencedora.

A adoção da contratação por lote visa assegurar maior padronização das coberturas, uniformidade dos serviços de assistência, simplificação da gestão contratual e maior eficiência no acompanhamento da execução, permitindo que os veículos integrantes de cada lote sejam atendidos por uma mesma seguradora.

Sempre que houver necessidade de inclusão, exclusão ou substituição de veículos durante a vigência contratual, as alterações serão formalizadas mediante emissão de endosso, observadas as condições contratuais e as normas aplicáveis.

A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, bem como atestar a adequada prestação dos serviços.

Ao final da vigência contratual, considerar-se-ão alcançados os resultados pretendidos com a contratação quando houver a manutenção da cobertura securitária dos veículos, a adequada prestação dos serviços contratados e a preservação do patrimônio público diante da ocorrência de eventuais sinistros, procedendo-se ao encerramento das obrigações contratuais ou à adoção das providências necessárias para nova contratação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 A gestão e a fiscalização da execução contratual serão realizadas em conformidade com os artigos 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por servidores formalmente designados pela Administração, aos quais caberá acompanhar, fiscalizar e verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

7.2 O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual, adotando as providências necessárias para assegurar o atendimento do interesse público, promovendo a comunicação entre as partes, controlando os prazos de vigência, solicitando eventuais alterações contratuais e adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações pactuadas.

7.3 O fiscal do contrato será responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, competindo-lhe verificar a manutenção das coberturas contratadas, a emissão das apólices e respectivos endossos, a qualidade do atendimento prestado pela seguradora, o cumprimento dos prazos estabelecidos para atendimento das ocorrências e a regularidade da documentação exigida para a execução contratual.

7.4 As ocorrências verificadas durante a execução serão registradas em processo administrativo próprio, devendo a Contratada ser formalmente comunicada para adoção das providências necessárias à correção de eventuais irregularidades, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

7.5 Compete à Administração, por meio de seus representantes designados, atestar a execução dos serviços para fins de liquidação e pagamento, observando-se a efetiva prestação dos serviços contratados e a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório.

7.6 A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela integral execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos ou vícios decorrentes da prestação dos serviços, nos termos da legislação aplicável.

7.7 Os gestores e fiscais do contrato serão designados por ato próprio da autoridade competente, podendo ser substituídos sempre que necessário, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e aos normativos internos do Município, sendo indicados, neste momento o Servidor Oseas Sillis da Silva e, na sua ausência, o Servidor Hugo Tessinari Silva.

7.8 Os veículos atualmente integrantes da frota da Secretaria Municipal de Saúde serão segurados imediatamente após a emissão das respectivas apólices.

7.9 Quanto aos veículos com previsão de aquisição por meio de Atas de Registro de Preços vigentes, sua inclusão na cobertura securitária ocorrerá de forma eventual, condicionada à efetiva incorporação ao patrimônio do Município durante a vigência contratual.

7.10 A inclusão desses veículos será realizada mediante emissão de endosso pela CONTRATADA, observadas as mesmas condições, coberturas e limites previstos para o respectivo lote, sendo devido o pagamento proporcional do prêmio correspondente ao período remanescente de vigência da apólice.

7.11 A Administração não se obriga à aquisição da totalidade dos veículos previstos, constituindo os quantitativos indicados mera estimativa para fins de dimensionamento da contratação, não gerando à CONTRATADA qualquer direito à indenização ou compensação em razão da não efetivação das aquisições estimadas.

8 DA INCLUSÃO DE VEÍCULOS NOVOS (0 KM)

8.1. Os veículos 0 km previstos nos itens 00011, 00019, 00026 e 00035 serão incluídos na apólice por endosso, a pedido da CONTRATANTE, somente depois de adquiridos, emplacados e entregues ao Fundo Municipal de Saúde.

8.2. A solicitação de inclusão será feita por escrito ofício, com placa, chassi, ano/modelo, valor do bem e cópia da nota fiscal ou do CRLV.

8.3. A CONTRATADA emitirá o endosso em até 10 dias úteis da solicitação. A cobertura contratada vigorará desde o recebimento da solicitação, ainda que o endosso seja emitido depois.

8.4. O prêmio de cada veículo incluído será proporcional ao período entre a data da inclusão e o término da vigência da apólice (pro rata die, base de 365 dias), calculado sobre o preço unitário registrado para o item, sem taxa de inclusão ou acréscimo.

8.5. Não será devido prêmio por veículo ainda não incluído. Os quantitativos dos itens com veículos 0 km são estimativos e não obrigam a CONTRATANTE a incluir todas as unidades.

8.6. Em caso de alienação, baixa, devolução ou perda total do veículo, a CONTRATANTE solicitará o endosso de exclusão, e a CONTRATADA restituirá o prêmio proporcional ao período não decorrido em até 10 dias, mediante compensação ou pagamento.

8.7. As coberturas mínimas do veículo incluído são as do item correspondente do Termo de Referência.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 O recebimento do objeto será realizado pelo fiscal do contrato, que verificará a conformidade das apólices emitidas com as coberturas, valores segurados e demais condições contratadas, emitindo o respectivo atesto para fins de liquidação da despesa.

9.2 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e a apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas pela legislação vigente, observando-se os prazos estabelecidos pela Administração.

9.3 Os pagamentos serão realizados de acordo com os valores adjudicados para cada lote, em conformidade com a proposta vencedora e as condições estabelecidas no contrato.

9.4 O pagamento será realizado em parcela única, após a emissão das apólices e o atesto do fiscal do contrato, no prazo máximo de 20 dias.

10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

10.2 A contratação será realizada por lote, observando-se os valores globais apresentados pela licitante vencedora para cada lote, abrangendo todas as coberturas e condições previstas neste Termo de Referência.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, num valor total de R$ 155.345,10 (cento e cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e cinco reais e dez centavos)

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação pretendida possui compatibilidade com o planejamento orçamentário da Secretaria Municipal de Saúde e será custeada por dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, a serem indicadas no momento da formalização do instrumento contratual, assegurando-se a existência de recursos suficientes para a execução do objeto.

13. JUSTIFICATIVA PARA A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A utilização do Sistema de Registro de Preços proporciona maior eficiência administrativa, flexibilidade no atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e racionalização dos gastos públicos, permitindo a realização de contratações conforme a demanda efetiva, evitando a formação de estoques desnecessários e reduzindo o risco de desperdícios.

13.2 Além disso, o procedimento possibilita a obtenção de melhores condições de preço em decorrência da estimativa global dos quantitativos, garantindo economicidade, celeridade e observância aos princípios que regem a Administração Pública.

13.3 A CONTRATANTE compromete-se a promover contratações correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado em Ata, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como a manutenção da necessidade administrativa que motivou a contratação.

13.4 A garantia prevista nesta cláusula não afasta a possibilidade de revisão, supressão ou adequação das contratações em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, nos termos da legislação vigente.

14. PRAZO DE ENTREGA DAS APÓLICES

A CONTRATADA deverá encaminhar as apólices de seguro e eventuais endossos, em formato digital (PDF), para o endereço eletrônico do Setor de Compras da Secretaria Municipal de Saúde, compras.saude@castelo.es.gov.br, no prazo máximo de 5 dias, após a assinatura do contrato.

O envio por meio eletrônico será considerado suficiente para fins de cumprimento da obrigação contratual, dispensando-se a apresentação de vias físicas, salvo solicitação expressa da CONTRATANTE.

As apólices deverão ser encaminhadas de forma individualizada por veículo, contendo todas as informações necessárias à identificação do bem segurado, coberturas contratadas, vigência, franquias e demais condições da apólice.

15. RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será exercida pelo servidor o Servidor Hugo Tessinari Silva e na sua ausência o servidor Wagner José Inácio.

16. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Servidor Junior Zumerle Candido, Diretor Administrativo do Setor de Compras da Secretaria Municipal de Saúde de Castelo.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

17.1. A apólice de seguro deverá ser emitida em conformidade com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observando integralmente as condições gerais, especiais e particulares do seguro contratado. A contratada deverá garantir cobertura durante todo o período de vigência, sem interrupções, responsabilizando-se pela pronta emissão da apólice e de eventuais endossos.

17.2. Em caso de sinistro, a contratada deverá prestar assistência imediata, promovendo a regulação e liquidação no prazo estabelecido na legislação e nas condições contratuais, assegurando o devido ressarcimento ou reparo do veículo, conforme o caso.

17.3. A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e documentos relativos à execução do contrato, devendo a contratada atendê-los prontamente.

17.4. Fica vedada a cobrança de quaisquer valores adicionais não previstos na proposta apresentada, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.
17.5. Aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes à matéria.

18. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DE TRÂMITE

Aprovo o presente Termo de Referência, por atender às necessidades da Administração Pública, encontrando-se devidamente instruído quanto à definição do objeto, justificativa, especificações técnicas, estimativa de preços e demais elementos exigidos pela legislação vigente.
Fica, ainda, autorizada a tramitação do respectivo processo administrativo, com o encaminhamento às unidades competentes para adoção das providências cabíveis

Castelo/ES, 10 de novembro de 2026.

MARCELA NAGEL STOV
Secretária Municipal de Saúde

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETIVO

O objeto da presente contratação consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de seguro veicular para a frota da Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo veículos automotores de diversas categorias, utilizados no atendimento das demandas administrativas e operacionais da Administração Pública, especialmente na área da saúde.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A contratação de seguro veicular é essencial para garantir a proteção do patrimônio público e a continuidade dos serviços prestados à população. Veículos utilizados para o transporte de pacientes, medicamentos e profissionais de saúde estão expostos a riscos como acidentes, furtos e danos, que podem comprometer o atendimento, especialmente em situações de emergência.

2.2. Sob a perspectiva do interesse público, a contratação de seguro resolve o problema de incerteza financeira diante de imprevistos, evitando gastos elevados com reparos ou reposição de veículos, que poderiam desviar recursos de áreas prioritárias da saúde. O seguro assegura que, em caso de sinistros, os serviços críticos à população não sejam interrompidos, garantindo a eficiência, segurança e rapidez no atendimento à saúde pública.

2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida possui compatibilidade com o planejamento orçamentário do Município e será custeada por dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, a serem indicadas no momento da formalização do instrumento contratual, assegurando-se a existência de recursos suficientes para a execução do objeto.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os requisitos para a contratação de seguro veicular para a frota da secretaria de saúde devem incluir critérios que assegurem a eficiência, abrangência e transparência no processo, atendendo ao interesse público. Entre os principais requisitos, destacam-se:

a) Cobertura Completa: O seguro deve oferecer cobertura ampla para acidentes, furtos, roubos, incêndios, danos materiais e pessoais a terceiros, e situações de perda total, garantindo proteção em diversos cenários.

b) Assistência 24 horas: A seguradora deve fornecer assistência veicular 24 horas, incluindo serviços de guincho, troca de pneus, e apoio em caso de pane, para garantir a continuidade dos serviços da secretaria de saúde, especialmente em emergências.

c) Atendimento Nacional: A cobertura deve ser válida em todo o território nacional, considerando que veículos podem ser utilizados em diferentes localidades, especialmente em áreas rurais ou remotas, onde a prestação de serviços de saúde é essencial.

d) Rapidez na Reposição ou Reparos: O seguro deve incluir cláusulas que garantam agilidade na reposição de veículos ou nos reparos, para que a frota não seja comprometida por longos períodos.

e) Custo-benefício: A proposta selecionada deve oferecer o melhor custo-benefício, considerando o equilíbrio entre preço, cobertura e qualidade do serviço prestado, com foco na proteção dos recursos públicos e no atendimento das necessidades da frota de saúde.

3.2. Para atendimento a contratação pretendida, se faz necessário que a empresa contratada apresente todos os documentos exigidos para habilitação, conforme disposto nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

3.3 Qualificação Jurídica;

a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.4 Qualificação Fiscal, Social e Trabalhista;

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

3.5. Será admitida a participação de empresas em consórcio, conforme previsto no art. 15, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que atendidas as condições do edital, incluindo a apresentação de compromisso de constituição do consórcio, indicação da empresa líder e comprovação das qualificações exigidas.

4. LEVANTAMENTO DO MERCADO

A frota da Secretaria Municipal de Saúde presta serviço público essencial. Sinistro sem cobertura gera três riscos: perda patrimonial (casco), responsabilidade civil perante terceiros e passageiros, e interrupção do transporte de pacientes e do atendimento pré-hospitalar. Pelo art. 37, § 6º, da Constituição, o Município responde objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.

4.1 Soluções disponíveis no mercado

Alternativa	Como funciona	Vantagens	Desvantagens
A. Seguro total (casco + responsabilidade civil + danos a passageiros + assistência 24 h)	Apólice emitida por seguradora autorizada pela SUSEP, com prêmio anual por veículo	Cobre patrimônio, terceiros e passageiros; assistência 24 h reduz parada da frota; risco transferido; prêmio previsível para o orçamento	Maior prêmio unitário; franquias; exige gestão de endossos e sinistros
B. Apenas responsabilidade civil e danos a passageiros (sem casco)	Cobre só danos a terceiros e ocupantes	Prêmio menor; protege contra a condenação por danos a terceiros	Perda ou dano do próprio veículo fica por conta do Município; sem cobertura de roubo, incêndio e colisão
C. Modelo misto	Seguro total para veículos críticos ou de maior valor (ambulâncias, vans, micro-ônibus, veículos 0 km) e cobertura B para os de menor valor e mais antigos	Reduz o gasto total sem deixar a frota essencial descoberta	Mais de um tipo de cobertura para administrar; exige critério objetivo de corte por valor de mercado
D. Autosseguro (reserva orçamentária própria)	O Município assume o risco e paga reparos e indenizações com dotação própria	Sem pagamento de prêmio quando não há sinistro	Exposição a um sinistro de alto valor (um acidente com vítimas pode superar muitos anos de prêmio); exige fundo de reserva e estrutura de regulação de sinistros que a SEMSA não tem; sem

Alternativa	Como funciona	Vantagens	Desvantagens
			assistência 24 h
E. Proteção veicular mutualista (associações)	Rateio de danos entre associados	Mensalidade em geral menor	Não é seguro regulado pela SUSEP; garantia financeira e prudencial menos segura; difícil de enquadrar nas regras de habilitação e de responsabilização contratual da Administração [confirmar enquadramento legal vigente]

4.2 Análise de custo-benefício

a) O valor estimado do Pedido de Compra é de **R$ 155.345,10** por 12 meses para os 40 itens, o que dá aproximadamente R$ 3.884 por item. Esse é o custo certo da alternativa A.

b) A alternativa A transfere ao mercado um risco cujo piso contratual de cobertura é de R$ 200.000,00 por veículo em danos materiais e R$ 100.000,00 em danos corporais (R$ 450.000,00 para as vans e ambulâncias 0 km). Um único sinistro grave com vítimas, sem cobertura, poderia superar o prêmio anual de toda a frota.

4.3 Conclusão técnica e econômica

A alternativa **A (seguro total)** mostra-se a mais adequada para a frota de saúde pois é a única que protege ao mesmo tempo o patrimônio, terceiros e passageiros e mantém a assistência 24 h, e o risco de interrupção do serviço público de saúde pesa mais do que a economia possível com as alternativas B, C, D e E.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro automotivo para a frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de garantir cobertura contra riscos decorrentes da utilização dos veículos, assegurando a continuidade dos serviços públicos e a proteção do patrimônio público.
O seguro deverá contemplar cobertura compreensiva, abrangendo, no mínimo, danos causados por colisão, incêndio, roubo, furto, danos da natureza, responsabilidade civil facultativa de veículos (RCF-V), acidentes pessoais de passageiros (APP), bem como assistência 24 horas, serviços de guincho, socorro mecânico e demais coberturas necessárias às características e à finalidade de cada veículo integrante da frota.

A contratação será destinada a atender veículos de diferentes categorias, tais como automóveis de passeio, utilitários, ambulâncias e veículos destinados ao transporte coletivo de pacientes, observando as particularidades operacionais de cada grupo. A cobertura securitária proporcionará maior segurança aos usuários, servidores e terceiros eventualmente envolvidos em sinistros, além de reduzir os impactos financeiros decorrentes de eventos imprevisíveis.

A solução adotada no mercado segurador é amplamente utilizada pela Administração Pública, não demandando aquisição de equipamentos, adequações estruturais ou disponibilização de mão de obra pela contratante, cabendo à seguradora contratada a execução integral dos serviços previstos na apólice.

Dessa forma, a contratação do seguro veicular apresenta-se como medida adequada e necessária para assegurar a preservação da frota municipal, minimizar prejuízos financeiros, garantir a continuidade das atividades assistenciais e proporcionar maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES / MEMÓRIA DE CÁLCULO

A quantidade dos serviços a serem contratados foi definida com base na frota atualmente vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, considerando todos os veículos que necessitam de cobertura securitária durante o período de vigência contratual de 12 (doze) meses.

Os veículos foram agrupados em lotes, de acordo com suas características e finalidades de uso, visando ampliar a competitividade do certame e possibilitar a participação das seguradoras em grupos de veículos com perfis semelhantes.

O quantitativo foi apurado da seguinte forma:

Lote	Categoria	Quantidade de Veículos da Frota Atual
Lote 01	Veículos de Passeio Leves	11
Lote 02	Veículos de Passeio Utilitários (Chevrolet Spin)	6
Lote 03	Transporte Coletivo de Pacientes	6
Lote 04	Ambulâncias	8

Lote	Categoria	Quantidade de Veículos da Frota Atual
Lote 05	Caminhonetes Utilitárias	3
Lote 06	Motocicletas	2
Total Geral		**36 veículos**

Lote	Categoria	Quantidade de Veículos previstos em Ata de Registro de Preços
Lote 01	Veículos de Passeio Leves	4
Lote 02	Veículos de Passeio Utilitários (Chevrolet Spin)	5
Lote 03	Transporte Coletivo de Pacientes (Van)	5
Lote 04	Ambulâncias	5
	TOTAL	**19 Veículos**

Lote	Categoria	Quantidade de Veículos da Frota Atual + ARP
Lote 01	Veículos de Passeio Leves	11 + 4
Lote 02	Veículos de Passeio Utilitários (Chevrolet Spin)	6 + 5
Lote 03	Transporte Coletivo de Pacientes	6 + 5
Lote 04	Ambulâncias	8 + 5
Lote 05	Caminhonetes Utilitárias	3
Lote 06	Motocicletas	2
Total Geral		**55 veículos**

Dessa forma, a memória de cálculo da contratação corresponde à necessidade de cobertura securitária para os 37 (trinta e sete) veículos atualmente integrantes da frota da Secretaria Municipal de Saúde, distribuídos em 06 (seis) lotes distintos, conforme a natureza e a finalidade de utilização de cada veículo. A definição do quantitativo teve por base a relação atual dos veículos oficiais existentes, contemplando aqueles utilizados nas atividades administrativas, no transporte de pacientes, nos atendimentos de urgência e emergência e nas ações de apoio às unidades de saúde.

Além da frota atualmente em operação, foram considerados na presente contratação os veículos objeto de Atas de Registro de Preços vigentes, cuja aquisição poderá ocorrer durante a vigência contratual. Considerando que tais veículos, uma vez incorporados ao patrimônio municipal, também necessitarão de cobertura securitária para garantir a continuidade dos serviços públicos e a proteção do patrimônio da Administração, foram previstas nesta licitação as respectivas quantidades estimadas, totalizando 19 (dezenove) veículos com possibilidade de futura aquisição.

Assim, a estimativa global da contratação contempla a cobertura securitária para até 56 (cinquenta e seis) veículos, considerando tanto a frota atualmente existente quanto os veículos com previsão de aquisição por meio das Atas de Registro de Preços vigentes.

7. ESPECIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nos valores praticados no mercado por empresas do ramo, considerando, para tanto, os preços obtidos na última licitação realizada por esta Administração, bem como os constantes em ata de registro de preços vigente no exercício de 2025.

ITEM	CÓD	ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT	VALOR UNIT	TOTAL
LOTE 01 -- VEÍCULOS DE PASSEIO LEVES						
01	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros	unid	01	1.396,60	1.396,60

		– veículo onix 1.0 joy– placa ppv 0972– chassi: 9bgkl4u0jb125753– ano/mod: 2017/2018 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.				
02	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo onix 1.0 joy– placa qrg 1e89– chassi: 9bgkl48u0kb183740 ano/mod: 2018/2019 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	1.683,00	1.683,00
03	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo onix 1.0 joy– placa qrg 1e84– chassi: 9bgkl48u0k8184105ano/mod: 2018/2019 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	1.683,00	1.683,00
04	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo onix 1.0 joy– placa qrg 1e80– chassi: 9bgkl48u0kb181331 ano/mod: 2018/2019 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses	unid	01	1.683,00	1.683,00
05	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo kwid zen 1.0– placa qrl 6f51– chassi: 93yrbboo4lj226621 ano/mod: 2019/2020 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por	unid	01	1.023,75	1.023,75

		passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.				
06	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículokwid – placa rba 8j111– chassi: 93yrbb007mj444179 ano/mod: 2020/2021 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	386,80	386,80
07	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – onix 1.0 tmt – placa sfy 3h00 – chassi: 9bgeb48h0rg115284 ano/mod: 2023/2024 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3.722,92	3.722,92
08	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –onix 1.0 tmt – placa sfy 3h03 – chassi: 9bgeb48h0rg115273 ano/mod: 2023/2024 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses.	unid	01	3.722,92	3.722,92
09	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –onix 1.0 tmt – placa sfy 3h07 – chassi: 9bgeb48h0rg115185 ano/mod: 2023/2024 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3722,92	3722,92
10	00004919	SEGURO CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros - VEÍCULO ONIX 10MT	unid	01	2638,70	2638,70

		HB - CHEVROLET - ANO 2025/2025 - BRANCO - PLACA TOG4A00 - CHASSI 9BGEA48A0SG250922, com capacidade para05 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00(duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses.				
11	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros Veículo de passeio Chevrolet, ONIX TURBO 2026 cor branca, 0 km, ano/modelo vigente, capacidade para 5 ocupantes, motor flex entre 1.0 e 1.3 com potência mínima de 110 cv, câmbio manual, direção hidráulica/elétrica, ar-condicionado, quatro portas, porta-malas de aproximadamente 300 litros e equipado com trio elétrico, alarme e demais itens de segurança e conforto de fábrica. Valor do bem R$ 105.700,00. devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00(duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses. VEÍCULOS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	unid	04	711,73	2.846,92
12	00004919	**CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL** – Seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – Veículo Fiat Pálio Attractive 1.4 – Ano 2014/2015 – Branco – Placa PPA 0929 – Chassi 9BD196272F2229347, com capacidade para 05 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses.	unid	01	416,37	416,37
VALOR TOTAL DO LOTE						24926,9
LOTE 2 - VEÍCULOS DE PASSEIO UTILITÁRIOS (CHEVROLET SPIN)						
13	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –chev/spin premier – placa brj 3j24 – chassi: 9bgjp7520nb183195 ano/mod: 2022/2022, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses.	unid	01	3143,55	3143,55
14	000049	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL	unid	01	3143,56	3143,56

	19	contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –chev/spin premier – placa rbi 0f88 – chassi: 9bgjp7520nb197705 ano/mod: 2022/2022 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.				
15	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –chev/spin premier – placarbi 0e95 – chassi: 9bgjp7520nb182818 ano/mod: 2022/2022 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	3143,56	3143,56
16	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –spin – placa qxb 3b67– chassi: 9ggjp7520lb167475 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	3386,02	3386,02
17	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –spin – placa qxd 1d60– chassi: 9bgjp752olb166153 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3386,02	3386,02
18	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL Seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –fiat ducato – placa odr 6839 – chassi: 93w245l34e2128986 ano/mod: 2013/2014 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou	UN	01	2704,73	2704,73

		morte. vigência: 12 meses.				
19	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL Seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros Veículo Chevrolet SPIN LTZ 2026 para 7 passageiros, cor branca, 0 km, ano/modelo vigente, motor flex entre 1.6 e 1.8, câmbio manual, tração dianteira, direção hidráulica, ar-condicionado, vidros e travas elétricas, porta-malas de aproximadamente 580 litros e equipado com itens de segurança e conforto originais de fábrica. Valor do bem R$ 149.900,00, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. VEÍCULOS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	Uni	05	902,43	4.512,15
VALOR TOTAL DO LOTE						23419,59
LOTE 03 – TRANSPORTE COLETIVO DE PACIENTES						
20	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –micro sprinter – placamsu 8645 – chassi: 8ac903672ae034914 ano/mod:2010/2010 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	4607,16	4607,16
21	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –micrô ônibus volare– placa ppa 0930 – chassi: 93pb43m10kc60228 ano/mod: 2018/2019 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	10.457,14	10.457,14
22	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros micrô ford transit 410 b – placa rbj 6f41 – chassi: wf0gttbe5nu001156 ano/mod: 2020/2021 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00	unid	01	7876,45	7876,45

		(cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses				
23	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros micro ônibus sprinter 517 – placa sfv 0c03 – chassi: 8ac907857pe229526 ano/mod: 2022/2023 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	10.920,71	10.920,71
24	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageirosmicro sprinter mb – placaqrm 2d36 – chassi: 8ac9066557ke174738 ano/mod: 2018/2019 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3373,92	3373,92
25	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –fiat ducato – placa odr 6839 – chassi: 93w245l34e2128986 ano/mod: 2013/2014 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	2500	2500
26	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas de veículo tipo Van 21 lugares, modelo SPRINTER 517 TETO ALTO (20 +1L) 0 km, ano/modelo vigente, cor branca, motor diesel de no mínimo 140 cv, câmbio manual, ar-condicionado duplo, direção hidráulica/elétrica, equipada com ABS nas quatro rodas, airbags, câmera e sensor de ré, destinada ao transporte de passageiros (20 + motorista). Valor do bem: **R$ 417.000,00 por unidade**. devendo apresentar indenização mínima de r$ 450.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de		05	2563,11	12.815,55

		invalidez ou morte. vigência: 12 meses. VEÍCULOS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS				
VALOR TOTAL DO LOTE						52964,83
LOTE 04 – AMBULÂNCIAS						
27	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –ambulância mb– placa oyh 9076 – chassi: bac90633ke1519025 ano/mod: 2018/2019 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	2846,67	2846,67
28	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –ambulância saveiro vw– placaqrm 2e37 – chassi: 9bwkb4sulpc33948 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	2206,21	2206,21
29	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância s 10 gm– placa qrm 7i06 – chassi: 9bg144dkolc432628 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	3.499,67	3.499,67
30	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 416 – placafzl 9a82 – chassi: 8ac907643ne223598 ano/mod: 2022/2023 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3.351,52	3.351,52
31	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total	unid	01	3.351,52	3.351,52

		seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 416 – placa cjh 4i41 – chassi: 8ac907643ne223491 ano/mod: 2022/2023 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses				
32	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 416 – placa sgd 0g45 – chassi: 8ac907643se247719 ano/mod: 2024/2025 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3.411,67	3.411,67
33	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 416 – placa sgd 0g42 – chassi: 8ac907643se249803 ano/mod: 2024/2025 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01	3.411,67	3.411,67
34	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 417 niks – placa sfx 3c03 – chassi: 8ac90764pe229455 ano/mod: 2022/2023 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	5.083,73	5.083,73
35	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros Ambulância Ford TRANSIT Tipo B – Suporte Básico – 0 km, ano/modelo vigente, motor diesel 4 cilindros turbo (mínimo 115 cv), transmissão manual, capacidade de carga de 1.400 kg, teto alto, equipada com sirene, giroflex, GPS e adaptação completa para atendimento pré-hospitalar. Valor do bem: **R$ 329.900,00 por unidade**. Devendo apresentar indenização mínima de r$ 450.000,00	unid	05	3588,05	17.940,25

		(duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. VEÍCULOS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS				
TOTAL						46152,91
LOTE 05 – CAMINHONETES UTILITÁRIAS						
36	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros l 200 mitsubishi – placa qrg 5d97 – chassi: 93xljkl1tkcj17610 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3.486,20	3.486,20
37	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros l 200 mitsubishi – placa rbf 6i04 – chassi: 93xijkl1tmcl36350 ano/mod: 2020/2021 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	3.486,20	3.486,20
38	00004919	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –caminhonete s 10 chev ls– placa qre 4j78 – chassi: 9bg148dk0kc439124 ano/mod: 2018/2019 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01	1.649,00	1.649,00
						8621,4
LOTE 6 - MOTOCICLETAS						
39	00004919	Contratação de seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo Motocicleta Honda CG 160 Start– placa tui2g38 – chassi: 9c2kc2500sr316195 ano/mod: 2025/2025, devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, R$ 100.000,00 (cem mil	unid	01	361,68	361,68

		reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. SERVIÇO				
40	00004919	Contratação de seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo Motocicleta Honda CG 160 Start– placa ttx2e81 – chassi: 9c2kc2500sr315866 ano/mod: 2025/2025, devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. SERVIÇO	unid	01	361,68	361,68
TOTAL						155.345,10

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

Não se identificam contratações correlatas ou interdependentes necessárias à implementação da solução pretendida. A contratação do seguro veicular possui natureza autônoma e pode ser executada independentemente da celebração de outros contratos.

Ressalta-se que os veículos objeto da contratação já integram a frota da Secretaria Municipal de Saúde e se encontram em operação, não sendo necessária a aquisição de equipamentos adicionais, adequações estruturais ou a contratação de serviços complementares para a efetiva prestação do serviço de seguro.

Assim, a contratação pretendida é suficiente, por si só, para atender à necessidade administrativa de proteção patrimonial da frota municipal, garantindo a continuidade dos serviços públicos prestados à população.

9. DA JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a possibilidade de parcelamento da contratação, concluindo-se pela sua adoção, uma vez que a divisão do objeto em lotes mostra-se técnica e economicamente viável, sem prejuízo da economia de escala e da eficiência na execução contratual.

Considerando que a frota da Secretaria Municipal de Saúde é composta por veículos com características, finalidades de uso e perfis de risco distintos, optou-se pelo agrupamento em lotes homogêneos, contemplando separadamente veículos utilitários, ambulâncias, veículos destinados ao transporte coletivo de pacientes e veículos de passeio leves.

Tal medida permite que as seguradoras apresentem propostas mais compatíveis com o perfil de cada grupo de veículos, ampliando a competitividade do certame e reduzindo o risco de desinteresse por parte das licitantes. Além disso, o parcelamento em lotes evita que veículos com maior sinistralidade ou maior custo de cobertura comprometam a obtenção de preços mais vantajosos para os demais veículos da frota.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução em lotes distintos representa a alternativa mais adequada para atender ao interesse público, promovendo maior competitividade, economicidade e eficiência na contratação do seguro da frota da Secretaria Municipal de Saúde.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a necessidade de garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pelos diversos setores e unidades de saúde, que dependem da utilização da frota oficial para o transporte de pacientes, deslocamento de equipes e execução das ações e serviços de saúde.

A contratação do seguro veicular está prevista entre as demandas permanentes de manutenção e proteção do patrimônio público, constituindo medida indispensável para assegurar a continuidade dos serviços prestados à população, bem como para minimizar os impactos financeiros decorrentes de eventuais sinistros envolvendo os veículos da frota municipal.

Além disso, a contratação guarda compatibilidade com os instrumentos de planejamento e com a disponibilidade orçamentária da Administração, estando em consonância com as diretrizes institucionais voltadas à preservação dos bens públicos e à garantia da eficiência, economicidade e segurança na prestação dos serviços de saúde.

Por se tratar de demanda contínua e recorrente, a contratação mostra-se plenamente compatível com o planejamento da Administração e com as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo para a adequada gestão da frota e para a continuidade do atendimento à população.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação do seguro da frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde, pretende-se assegurar a proteção patrimonial dos veículos utilizados na prestação dos serviços públicos de saúde, minimizando os prejuízos financeiros decorrentes de eventuais sinistros, tais como colisões, furtos, roubos, incêndios e demais ocorrências cobertas pela apólice.

Busca-se, ainda, garantir maior segurança aos servidores, motoristas, pacientes e demais usuários transportados pelos veículos da frota, mediante a disponibilização de coberturas adequadas e assistência 24 horas, proporcionando maior confiabilidade e continuidade na execução das atividades desenvolvidas pela Secretaria.

Dessa forma, a contratação contribuirá para assegurar condições adequadas de funcionamento da frota da Secretaria Municipal de Saúde, refletindo diretamente na qualidade e na continuidade dos serviços prestados à população.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para a adequada instrução processual e futura celebração de contrato de seguro da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde, deverão ser adotadas as seguintes providências:

Inicialmente, faz-se necessário o levantamento detalhado da frota a ser segurada, com a identificação de todos os veículos, incluindo marca, modelo, ano de fabricação, placas, tipo de utilização (administrativo, transporte de pacientes, urgência e emergência, entre outros), bem como suas condições de uso e histórico de sinistros, quando disponível.

Na sequência, deverá ser realizada a definição das coberturas securitárias necessárias, contemplando, no mínimo, proteção contra colisão, roubo, furto, incêndio e danos a terceiros (Responsabilidade Civil Facultativa – RCF), além da avaliação da necessidade de coberturas adicionais, como assistência 24 horas, carro reserva e cobertura para vidros, conforme as peculiaridades do serviço público prestado.

Deverão ser estabelecidos os limites máximos de indenização, valores de franquia e demais condições contratuais, observando-se critérios de economicidade e adequação às necessidades da Administração.

Para fins de estimativa de preços, será realizada pesquisa de mercado junto a seguradoras e/ou corretores especializados, bem como análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, a fim de subsidiar a definição do valor estimado da contratação.

Também deverá ser promovida a análise de riscos, considerando os prejuízos potenciais decorrentes da ausência de cobertura securitária, especialmente diante da utilização intensiva dos veículos no atendimento às demandas de saúde pública.

Quanto à forma de contratação, deverá ser adotada, em regra, a modalidade pregão eletrônico, por se tratar de serviço comum, salvo justificativa técnica fundamentada em sentido diverso, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, deverá ser prevista a adequada gestão e fiscalização contratual, com a designação de gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução, controle de vigência das apólices, registro e acompanhamento de sinistros e verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

13.1. A contratação pretendida possui natureza predominantemente administrativa e não gera, por si só, impactos ambientais significativos, uma vez que consiste na prestação de serviços de seguro para a frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

14.1. Ante todo o exposto, conclui-se pela viabilidade e possibilidade da contratação, pois contribuirá para a melhoria contínua dos serviços prestados, beneficiando tanto os pacientes quanto os profissionais de saúde, além de proporcionar ganhos operacionais e estratégicos para a administração.

15. RESPONSÁVEIS

Junior Zumerle Candido
Diretor de Serviços Administrativos

Marcela Nagel Stov
Secretaria Municipal de Saúde

Castelo, 10 de novembro de 2026.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Ref.: Pregão Eletrônico nº. 000/2026
Senhor (a) Pregoeiro (a):
Proposta que faz a empresa....., inscrita no CNPJ nº ....., e inscrição estadual nº ....., para ....., objeto da licitação acima referenciada, e abaixo discriminada:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	UNIT	TOTAL
LOTE 01 -- VEÍCULOS DE PASSEIO LEVES					
01	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo onix 1.0 joy– placa ppv 0972– chassi: 9bgkl4u0jb125753– ano/mod: 2017/2018 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
02	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo onix 1.0 joy– placa qrg 1e89– chassi: 9bgkl48u0kb183740 ano/mod: 2018/2019 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
03	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo onix 1.0 joy– placa qrg 1e84– chassi: 9bgkl48u0k8184105ano/mod: 2018/2019 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01		
4	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo onix 1.0 joy– placa qrg 1e80– chassi: 9bgkl48u0kb181331 ano/mod: 2018/2019 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses	unid	01		
05	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo kwid zen 1.0– placa qrl 6f51– chassi: 93yrbboo4lj226621 ano/mod: 2019/2020 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
06	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo kwid – placa rba 8j111– chassi: 93yrbb007mj444179 ano/mod: 2020/2021 com capacidade para	unid	01		

	5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.				
07	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – onix 1.0 tmt – placa sfy 3h00 – chassi: 9bgeb48h0rg115284 ano/mod: 2023/2024 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
08	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – onix 1.0 tmt – placa sfy 3h03 – chassi: 9bgeb48h0rg115273 ano/mod: 2023/2024 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses.	unid	01		
09	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – onix 1.0 tmt – placa sfy 3h07 – chassi: 9bgeb48h0rg115185 ano/mod: 2023/2024 com capacidade para 5 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
10	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros - VEÍCULO ONIX 10MT HB - CHEVROLET - ANO 2025/2025 - BRANCO - PLACA TOG4A00 - CHASSI 9BGEA48A0SG250922, com capacidade para05 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00(duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses.	unid	01		
11	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros Veículo de passeio Chevrolet, ONIX TURBO 2026 cor branca, 0 km, ano/modelo vigente, capacidade para 5 ocupantes, motor flex entre 1.0 e 1.3 com potência mínima de 110 cv, câmbio manual, direção hidráulica/elétrica, ar-condicionado, quatro portas, porta-malas de aproximadamente 300 litros e equipado com trio elétrico, alarme e demais itens de segurança e conforto de fábrica. Valor do bem R$ 105.700,00. devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00(duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses. VEÍCULOS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	unid	04		
12	**CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL** – Seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – Veículo Fiat Pálio Attractive 1.4 – Ano 2014/2015 – Branco – Placa PPA 0929 – Chassi 9BD196272F2229347, com capacidade para 05 passageiros, devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou	unid	01		

	morte. Vigência: 12 meses.				
VALOR TOTAL DO LOTE					
LOTE 2 - VEÍCULOS DE PASSEIO UTILITÁRIOS (CHEVROLET SPIN)					
13	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – chev/spin premier – placa brj 3j24 – chassi: 9bgjp7520nb183195 ano/mod: 2022/2022, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. Vigência: 12 meses.	unid	01		
14	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – chev/spin premier – placa rbi 0f88 – chassi: 9bgjp7520nb197705 ano/mod: 2022/2022 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
15	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – chev/spin premier – placarbi 0e95 – chassi: 9bgjp7520nb182818 ano/mod: 2022/2022 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01		
16	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – spin – placa qxb 3b67– chassi: 9ggjp7520lb167475 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01		
17	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – spin – placa qxd 1d60– chassi: 9bgjp752olb166153 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
18	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL Seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – fiat ducato – placa odr 6839 – chassi: 93w245l34e2128986 ano/mod: 2013/2014 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	UN	01		
19	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL Seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros Veículo Chevrolet SPIN LTZ 2026 para 7 passageiros, cor branca, 0 km, ano/modelo vigente, motor flex entre 1.6 e 1.8, câmbio manual, tração dianteira, direção hidráulica, ar-condicionado, vidros e travas elétricas, porta-malas de aproximadamente 580 litros e equipado com itens de segurança e conforto originais de fábrica. Valor do bem R$ 149.900,00, devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil)	Uni	05		

	por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. VEÍCULOS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS				
VALOR TOTAL DO LOTE					
LOTE 03 – TRANSPORTE COLETIVO DE PACIENTES					
20	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – micro sprinter – placamsu 8645 – chassi: 8ac903672ae034914 ano/mod:2010/2010 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01		
21	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – micrô ônibus volare– placa ppa 0930 – chassi: 93pb43m10kc60228 ano/mod: 2018/2019 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01		
22	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros micrô ford transit 410 b – placa rbj 6f41 – chassi: wf0gttbe5nu001156 ano/mod: 2020/2021 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01		
23	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros micro ônibus sprinter 517 – placa sfv 0c03 – chassi: 8ac907857pe229526 ano/mod: 2022/2023 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01		
24	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageirosmicro sprinter mb – placaqrm 2d36 – chassi: 8ac9066557ke174738 ano/mod: 2018/2019 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
25	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – fiat ducato – placa odr 6839 – chassi: 93w245l34e2128986 ano/mod: 2013/2014 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
26	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas de veículo tipo Van 21 lugares, modelo SPRINTER 517 TETO ALTO (20 +1L) 0 km, ano/modelo vigente, cor branca, motor diesel de no mínimo 140 cv, câmbio manual, ar-condicionado duplo, direção hidráulica/elétrica, equipada com ABS nas quatro rodas, airbags, câmera e sensor de ré, destinada ao transporte de passageiros (20 + motorista). Valor do bem: **R$ 417.000,00 por unidade**. devendo apresentar indenização mínima de r$ 450.000,00		05		

	(duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. VEÍCULOS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS				
VALOR TOTAL DO LOTE					
LOTE 04 – AMBULÂNCIAS					
27	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – ambulância mb– placa oyh 9076 – chassi: bac90633ke1519025 ano/mod: 2018/2019 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01		
28	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL contratação de seguro total seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros –ambulância saveiro vw– placaqrm 2e37 – chassi: 9bwkb4sulpc33948 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
29	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância s 10 gm– placa qrm 7i06 – chassi: 9bg144dkolc432628 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01		
30	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 416 – placafzl 9a82 – chassi: 8ac907643ne223598 ano/mod: 2022/2023 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
31	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 416 – placa cjh 4i41 – chassi: 8ac907643ne223491 ano/mod: 2022/2023 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses	unid	01		
32	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 416 – placa sgd 0g45 – chassi: 8ac907643se247719 ano/mod: 2024/2025 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
33	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 416 – placa sgd 0g42 – chassi: 8ac907643se249803 ano/mod: 2024/2025 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para	unid	01		

	danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses				
34	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros ambulância mb 417 niks – placa sfx 3c03 – chassi: 8ac90764pe229455 ano/mod: 2022/2023 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
35	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros Ambulância Ford TRANSIT Tipo B – Suporte Básico – 0 km, ano/modelo vigente, motor diesel 4 cilindros turbo (mínimo 115 cv), transmissão manual, capacidade de carga de 1.400 kg, teto alto, equipada com sirene, giroflex, GPS e adaptação completa para atendimento pré-hospitalar. Valor do bem: **R$ 329.900,00 por unidade**. Devendo apresentar indenização mínima de r$ 450.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. VEÍCULOS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	unid	05		
	TOTAL				
	LOTE 05 – CAMINHONETES UTILITÁRIAS				
36	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros l 200 mitsubishi – placa qrg 5d97 – chassi: 93xljkl1tkcj17610 ano/mod: 2019/2020 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
37	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL Seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros l 200 mitsubishi – placa rbf 6i04 – chassi: 93xijkl1tmcl36350 ano/mod: 2020/2021 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
38	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – caminhonete s 10 chev ls– placa qre 4j78 – chassi: 9bg148dk0kc439124 ano/mod: 2018/2019 devendo apresentar indenização mínima de r$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, r$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e r$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses.	unid	01		
	LOTE 6 - MOTOCICLETAS				
39	Contratação de seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo Motocicleta Honda CG 160 Start– placa tui2g38 – chassi: 9c2kc2500sr316195 ano/mod: 2025/2025, devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. SERVIÇO	unid	01		

40	Contratação de seguro total com assistência 24 horas do veículo e passageiros – veículo Motocicleta Honda CG 160 Start– placa ttx2e81 – chassi: 9c2kc2500sr315866 ano/mod: 2025/2025, devendo apresentar indenização mínima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais, R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos pessoais (corporais), e R$ 20.000,00 (vinte mil) por passageiros no caso de invalidez ou morte. vigência: 12 meses. SERVIÇO	unid	01		
TOTAL					

Igualmente, declaramos que:

a) Nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas, indiretas e quaisquer outras necessárias à total e perfeita execução do objeto desta Licitação, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo Município;

b) As condições de pagamento são aquelas estabelecidas no ato convocatório do certame em epígrafe;

c) **Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.**

Por necessário informamos que:

a) Será responsável pela relação negocial de nossa empresa com o Município a pessoa do Senhor (a) ....., portador (a) da cédula de identidade nº ..... e do CPF-MF nº ....., com endereço ....., telefone (s) ..... e e-mail .....

b) Nosso domicílio bancário é ..... (nome do banco, nº do banco, nº da agência e nº da conta-corrente) .....

c) Toda correspondência eletrônica dirigida a nossa empresa deverá sê-lo feito ao endereço _____@_____._____.

d) Temos conhecimento de todos os parâmetros e elementos dos a serem executados e é de concordância com os termos do edital do Pregão Eletrônico nº. 000/2026 e seus Anexos.

(Local e Data)

_____

Assinatura do Responsável da Empresa (identificação/qualificação)

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Ref.: Pregão Eletrônico nº. 000/2026

DECLARAMOS, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

DECLARAMOS, ainda, que a empresa está excluída nas vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame. Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

[Local], ____ de _____ de 2026

_____
[Nome/Cargo/Assinatura do Responsável Legal]
[Nome da Empresa]
[CNPJ]

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Ref.: Pregão Eletrônico nº. 000/2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) DECLARAMOS que, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada.

6) DECLARAMOS que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

7) DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas.

8) Declaramos que, que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato _____, inscrito no CPF sob nº _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, não são servidores do Município de Castelo, nem cônjuge ou companheiro(a), parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afins de servidor(a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação.

9) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

10) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a) ....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é..... (sócio-administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

11) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

a. E-mail:
b. Telefone: ()

12) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

13) Nomeamos e constituímos o senhor (a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente ao Pregão Eletrônico n.º 000/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

14) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

[Local], ____ de _____ de 2026

_____
[Nome/Cargo/Assinatura do Responsável Legal]
[Nome da Empresa]
[CNPJ]

ANEXO V
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: ___/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CASTELO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE …….. E …….

***O Município de Castelo,* por intermédio do(a) ..... (*órgão contratante*), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), portador da CPF……. E RG nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na .....*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.**

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ……, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. O Edital da Licitação;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. Os contratos decorrentes desta Ata terão vigência inicial de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados, desde que atendidos os requisitos legais e demonstrado o interesse público.

2.1.2. Considerando a natureza contínua e essencial do objeto, fica admitida a prorrogação dos contratos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite máximo de 5 (cinco) anos, desde que observados, cumulativamente: I – a comprovação da vantajosidade para a Administração; II – a manutenção das condições de habilitação e qualificação do contratado; III – a existência de previsão no edital e no contrato; IV – a disponibilidade orçamentária; V – a justificativa técnica que evidencie a necessidade de continuidade do fornecimento.

2.1.3. A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, precedida de manifestação técnica e jurídica, com avaliação do desempenho contratual, da compatibilidade dos preços com o mercado e da adequação ao interesse público.

2.1.4. O enquadramento legal para fins de prorrogação fundamenta-se na caracterização do fornecimento como atividade contínua essencial, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)
5.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....)
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)
7.1. Da Revisão:
7.1.1. A revisão contratual poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
7.1.2. Para fins de revisão, a parte interessada deverá comprovar a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
7.1.3. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos do item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.
7.1.4. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.
7.1.5. Não será concedida a revisão quando:
a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do contrato;
c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;
e) Alteração do regime jurídico-tributário do Contratado, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.
7.1.6. A revisão deverá ser promovida por meio de termo de aditamento contratual, precedida de análise pela Procuradoria Geral do Município.
7.1.7. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, implicarão a revisão de preço para mais ou para menos, adotando-se como índice de correção a alíquota prevista na lei respectiva.
7.1.8. A revisão a que o Contratado fizer jus deverá ser expressamente requerida pelo Contratado antes do fim da vigência contratual ou da prorrogação do prazo de vigência contratual, sob pena de preclusão.
7.2. Do reajuste:
7.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.
7.2.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.2.2.1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
7.2.2.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.2.3. O reajuste será efetuado por meio de apostilamento, nos termos do art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021, sem necessidade de aditivo contratual específico para esse fim. E, salvo em casos de relevante indagação jurídica, fica dispensada a prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Município (PGM) sobre apostilamentos que tenham por objeto reajustes contratualmente previstos, podendo ser formalizados no âmbito do próprio órgão contratante.
7.2.4. Compete à contratada a iniciativa e o encargo de cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo Contratante, juntando-se a respectiva discriminação dos produtos e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

7.2.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.2.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
7.2.7. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, implicarão a revisão de preço para mais ou para menos, adotando-se como índice de correção a alíquota prevista na lei respectiva.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
8.8.1. A Administração terá o prazo de *03 (três) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA — OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)
10.1. De acordo com o termo de referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
11.3.2.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.4. O termo de **extinção,** sempre que possível, será precedido:
11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.4.3. Indenizações e multas.
11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).
112.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
12.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
12.1.5. fraudar a licitação
12.1.6.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
12.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
12.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
12.2.1. advertência;
12.2.2. multa;
12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
12.4.2. Para as infrações previstas nos itens12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.18.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à

autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
13.1.1. Gestão/Unidade:
13.1.2. Fonte de Recursos:
13.1.3. Programa de Trabalho:
13.1.4. Elemento de Despesa:
13.1.5. Plano Interno:
13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES
15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)
17.1. Fica eleito o Foro do Município de Castelo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de 2026.

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO VI
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....…

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a),na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de , portador da matrícula funcional nº……, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º……..RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal 19.987 de 15 de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **……**, especificado(s) no(s)item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... *[do edital de Licitação nº ...../20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	FORNECEDOR: *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Und.	Qntd. Max.	Qntd. Mín.	Valor Un.	*Prazo garantia ou validade*

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)….
3.2. *{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, e poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, mediante justificativa da necessidade de manutenção do registro e comprovação de que o preço continua vantajoso, apurada por nova pesquisa de mercado juntada ao processo.

5.1.1. A prorrogação da vigência não renova nem amplia os quantitativos inicialmente registrados; somente o saldo ainda não contratado poderá ser utilizado no período prorrogado.

5.1.2. Não será admitido acréscimo aos quantitativos registrados na ata, ressalvadas as hipóteses legais aplicáveis aos contratos dela decorrentes.

5.1.3. Se a pesquisa demonstrar que o preço registrado deixou de ser vantajoso, a Administração não prorrogará a ata e iniciará novo procedimento.

5.1.4.A eventual prorrogação deverá ser objeto de motivação e justificativa formal em processo administrativo, com demonstração expressa da manutenção das condições que fundamentaram o registro. Além da prorrogação temporal, também deverá ser analisada a possibilidade de renovação do quantitativo total registrado, de modo a resguardar o interesse público e evitar qualquer desvantagem para a Administração, sempre observando os limites e condições legais.

5.1.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.6. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de

impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis oprevisíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice IGPM – FGV previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de

registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item , sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto Municipal 19.987 de 15 de março de 2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto Municipal 19.987 de 15 de março de 2024; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada,

decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal 19.987 de 15 de março de 2024.

10. PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... ( ) vias de igual teor, que, depois de lida e *achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Castelo, ES, … de ……. de 2026

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo

EMPRESA

ANEXO CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor: *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Un.	Qnt. Max.	Qnt. Mín.	Valor Un.	*Prazo garantia ou validade*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Un.	Qnt Max.	Qnt. Mín	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*